



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro - Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
"Arquivologia e suas múltiplas interfaces"
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia

Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)

Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo

Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná

Presidente: Eleopécio Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia

Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . - ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediador: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia

José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia

Luiz Cleber Gak

**Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la
profesión**

Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediador: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

**Certificação Digital integrada ao GED: conceitos,
fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos
analógicos para digitais**
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediador: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolpho da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação

Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis

Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva
(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavaliere Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em
Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de
um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba
Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba/UEPB
Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos
profissionais da informação
Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira César

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Durante
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Euripedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia	18
---	----

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
--------------------	----

Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
--	----

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
--	----

Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la profesión
(Texto não enviado pela palestrante)

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
--------------------	----

Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
---	----

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99
--	----

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
--------------------	-----

Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
---	-----

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
---	-----

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa (Texto não enviado pela palestrante)

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de santa catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)	
Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina–UEL-face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos	
I Encontro Nacional de Arquivos Médicos	
Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos	754
I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético	
Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT	771
II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo	
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental	788
IV Reuniões de Arquivos Judiciais	
Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro	801
V Encontro de Paleografia e Diplomática	
A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti	824



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

CRIVELLI, Renato
Graduando pela Universidade Estadual Paulista
Bolsista FAPESP
renatocrivelli@yahoo.com.br

MADIO, Telma C. de Carvalho
Professora do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista
telmaccarvalho@marilia.unesp.br

Resumo:

Este projeto vem mostrar as funções da memória coletiva para a sociedade em geral e as contribuições que podem ser dadas a ela através da memória individual. A memória pertencente a alguma instituição, no sentido mais amplo da palavra, é responsável por manter as características deste povo a partir de sua história, do conhecimento, por parte dos integrantes, de acontecimentos importantes que marcaram a trajetória deste grupo. Nestes momentos marcantes, além do que é conhecido pela população em geral, existe também uma versão que não é conhecida nem contextualizada nos andares da história, se trata da visão dos participantes destes fatos. Estes que presenciaram os acontecimentos guardam consigo uma visão particular, que pode diferir do que é conhecido pelo restante do grupo. Vamos mostrar como pode ser explorada esta visão a partir de estudos em fontes que guardam a memória destes indivíduos. Trazendo para a realidade arquivística, tendo o arquivo como principal fonte de pesquisa para historiadores e pesquisadores, mostraremos o arquivo pessoal como preservador dessa memória individual, a partir da documentação produzida pelo titular, sendo como a materialização de seus pensamentos e idéias. A partir desta visão, trataremos o arquivo pessoal, a representação documental deste cidadão, como uma fonte que poderia auxiliar as pesquisa de reconstrução da memória de um determinado grupo do qual o titular era integrante. Estas novas visões podem trazer grandes contribuições para estes estudos de épocas.

Palavras-chaves: arquivos pessoais, memória individual, memória coletiva, arquivologia.



INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto da dicotomia memória individual/coletiva, queremos mostrar nessa pesquisa a possibilidade de uma união entre estes dois universos em prol das pesquisas historiográficas. Considerando a atividade intensa dentro de uma instituição, com todos os acontecimentos de grande importância e relevância, é possível acreditar que, cada pessoa envolvida nessa instituição tem uma visão diferente de tais acontecimentos. Seria possível nesses arquivos pessoais encontrar alguma documentação de relevância para a reconstrução da memória dessa instituição, ou mais, a criação de uma nova visão da memória desta instituição, a partir de fatos dispostos nesses acervos de pessoas?

Em um arquivo pessoal é possível encontrar “Laços, fios e nós entre os indivíduos (...), formando tecidos, malhas, redes, história de encontros, de desencontros, de proximidades, de distâncias perceptíveis (...)” (CUNHA, 2007) que possibilitam reforçar ou, até mesmo, mostrar um outro lado da memória de instituições.

Sendo o arquivo pessoal um conjunto de documentos referente a uma pessoa particular, neste seu conjunto estão documentos referentes a toda sua vida, todos os atos realizados ou presenciados pela pessoa estão documentados neste seu acervo, por considerarmos que o titular, como uma pessoa crítica, vai ter uma visão própria dos fatos presenciados que podem, muitas vezes, não condizer com o conhecimento coletivo do acontecimento. Por diversas formas isso pode ocorrer, o fato pode dizer respeito a ele e ter sido transmitido de alguma forma errônea ou, caso não seja ele o único participante do fato, sua versão talvez tenha sido menosprezada ou, até mesmo, omitida por motivos diversos.

Apontamos como problema deste projeto a falta de importância dada aos acervos de pessoas tanto pelos historiadores quanto pelos arquivistas. A sua função de preservador da memória de acontecimentos e épocas é pouco difundida no mundo dos pesquisadores, e a possibilidade de sua união com outros fundos com o objetivo de elaborar uma pesquisa completa e abrangente é praticamente inexistente.

Sendo assim, a proposição desta pesquisa é analisar a literatura da área e fazer um levantamento sobre os conceitos de arquivos pessoais e sua função de auxílio na pesquisa histórica, sua função de preservação da memória e a possibilidade de sua interface com uma documentação institucional no objetivo de inserir informações valiosas à memória coletiva.



É importante dizer que cabe aos arquivistas, mostrar a relevância de tal acervo para que pesquisadores e estudiosos da história possam, a partir deles, salientar uma nova visão de fatos conhecidos coletivamente, podendo agregar valores antes desconhecidos pela sociedade.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao tentarmos lembrar de algo que nos aconteceu, a primeira fonte que buscamos somos nós mesmos, nossa própria memória que guarda boa parte de nossas experiências de vida e de acontecimentos em que estivemos presentes ou não. São as nossas lembranças que tomamos por base para elaborarmos uma reconstrução do passado por nós vivenciado, pois, podemos ver “a memória, como propriedade de conservar certas informações, [...] atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.(LE GOFF, 1994, p.423)

Esta busca pelos acontecimentos passados é muito freqüente em qualquer pessoa, todos necessitam destas lembranças sob a constante pressão de se firmar como um ser social. Sendo a memória individual um conjunto de lembranças acontecidas no decorrer da vida de um indivíduo, pode ela também ser considerada como o elemento principal para a definição de identidade para qualquer indivíduo. Segundo Pollak existe uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade:

“[...] que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, p. 5)

Estes elementos ressaltados pelo autor mostram a importância da memória na construção da identidade dos indivíduos, identidade esta que, nada mais é que a organização das ações de uma pessoa no decorrer de suas relações sociais, armazenadas sob seu conhecimento, ordenadas da forma que determina que seja expressa perante outros indivíduos, ou seja, seleciona os acontecimentos que deseja expor à sociedade de forma que, outros membros do grupo social a que faz parte, construam uma imagem por ele escolhida, por ele determinada. A somatória dos atos e feitos de alguém, aos olhos dos outros, acabam por se



tornar a sua identidade, sua marca, seus costumes. “Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”.(POLLAK,1992,p.5)

Para Halbwachs (1990, p. 40) por mais individual que a memória seja, ela nunca é somente de uma pessoa, nenhuma memória é individual a ponto de não existir uma outra pessoa que tenha participado do acontecimento ou que ao menos saiba do ocorrido. Com esta afirmação, abrimos um novo campo nos estudos, uma nova alternativa para a reconstrução de acontecimentos passados e sustentação da memória, vemos agora a nossa memória individual com a possibilidade de ser sustentada com a ajuda de agentes externos: o coletivo.

Nossa vida é baseada em fatos ocorridos durante a socialização com o meio em que vivemos, ou seja, em meio ao grupo do qual fazemos parte e da interação com os outros integrantes do mesmo grupo. Certamente tivemos experiências comuns com os integrantes desse grupo, de forma que deixou marcas na memória destes também. Isso pode ser visto como uma forma de ampliar a visão do passado, de cada um e do grupo:

“Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.
(HALBWACHS, 1990, p.25)

A partir do momento em que falamos de lembranças que também pertencem aos outros, lembranças que também fazem parte da vida de um grupo, por menor que seja, estamos tratando da memória coletiva deste grupo. Neste ponto, não vemos mais os indivíduos avulsos, e sim como um coletivo, numa visão geral.

Não diferentes das memórias individuais, as coletivas tratam também da junção de acontecimentos ao longo da existência do grupo que, mantendo uma organização mínima, formam a identidade deste coletivo. Cabe ressaltar que ao citarmos a palavra “grupo”, nos referimos a todo tipo de sociedade que exige a adequação de seus integrantes às características e critérios pré-definidos por este grupo. Desde que nascemos estamos inseridos em grupos específicos, a começar pela família, que se trata do principal grupo de relacionamento coletivo. A partir daí, vamos ingressando nos mais diversos grupos sociais que cruzam nossos caminhos e nossos interesses.

Um indivíduo está sempre inserido num meio social, portanto, “toda lembrança, a mais pessoal que seja, está em relação com um conjunto de valores e experiências mais

amplo” (HALBWACHS, 1990, p 35), tornando assim muito difícil a definição das memórias individuais e aumentando a possibilidade do desenvolvimento das memórias coletivas a partir da constante socialização à que o indivíduo está fadado.

Desde a antiguidade a idéia da memória coletiva é sustentada pelas sociedades. Mesmo antes do surgimento da escrita, as memórias dos povos, muito bem exercitadas, dispunham da oralidade para a transmissão dos fatos passados, das identidades do coletivo. “Nestas sociedades sem escrita há especialistas em memória, homens-memória” (LE GOFF, 1994,p. 429) responsáveis pela perpetuação da história da sociedade a que pertence. Estes homens-memória, geralmente chefes de famílias tradicionais dentro esta sociedade, guardam consigo a história de todo um povo, memórias que já lhes foram passadas por antigos homens-memória, e foram passando de geração em geração.

Contudo, “é necessário sublinhar que, contrariamente ao que em geral se crê, a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita não é uma memória ‘palavra por palavra’” (LE GOFF, 1994,p. 429). Entendemos com esta afirmação de Jacques Le Goff que, por mais concisa que seja a transmissão da memória, ela ainda é falha no sentido de que a memória humana não é capacitada para armazenar toda a informação recebida ao longo de toda a vida. “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” (POLLAK, 1992,p. 4)

Seguindo o pensamento de Pollak, continuamos com a afirmação do mesmo de que “a memória é um fenômeno construído”.Esta construção da memória coletiva é feita com o auxílio de todos os envolvidos com os fatos a serem recontados, a partir do momento em que a memória não se sustenta sozinha, pois, o ato de reconstrução “se passa como se confrontássemos vários depoimentos” (HALBWACHS, 1990, p.25)

Este confronto entre diferentes depoimentos tem uma importante função perante as sociedades. A partir dele pode-se elaborar uma memória social com seu problema de reconstrução solucionado, “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”.(POLLAK, 1989, p.7)

Tocamos agora um ponto delicado na contextualização da memória, tanto coletiva quanto a individual: sua credibilidade e sua organização.

Estes dois critérios são importantes para a aceitabilidade da memória e, é necessário, que esta se mantenha minimamente enquadrada no quesito tempo/espaço. A partir deste momento, em que a memória já se posicionou em seu lugar, e em seu tempo de acontecimento, para que se mantenha a organização que conduza a credibilidade é questão de entendimento e interpretação no momento de seus estudos e reconstruções. É necessário que



a memória seja organizada “para manter a coesão do grupo e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989, p.7) Caso a memória não mantenha uma organização mínima, relacionada a sua adequação entre tempo e espaço, não haverá qualquer tipo de credibilidade perante a sociedade em si.

Porém, a memória humana muitas vezes não comporta tantos dados específicos, tais como datas corretas e locais exatos. Portanto, em certos momentos devemos recorrer a algum tipo de auxílio material que evite o esquecimento dos fatos e que possa, também, nos servir de guarda dessa memória. É necessário que o material, antes armazenado na memória das pessoas fique de alguma forma armazenado em algum local de confiança, com a responsabilidade de preservar estes dados, conservados de forma material, evitando o esquecimento e servindo de apoio no para a reconstrução dos acontecimentos.

Atualmente, a função de reconstruir a história a partir da memória dos povos é designada ao pesquisador ou ao historiador, mais especificamente. No momento da reconstrução dessa memória é necessário que se tenha em mente as fontes a serem pesquisadas. Muitos são os lugares em que o pesquisador pode encontrar material à pesquisa, porém, “arquivos públicos e/ou privados constituem a espinha dorsal de todo o manancial de matéria-prima da pesquisa histórica”.(BELLOTTO, 2004,p. 265)

Não podemos em momento algum desqualificar o arquivo como uma fonte de pesquisa valiosa, por que, com o fim de seus atributos administrativos ao qual foi criado, seu destino é a função histórica. ”Após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de ‘arsenal da administração’ para a de ‘celeiro da história” (BELLOTTO, 2004,p. 23).

Ao observarmos os estudos de T.R. Schellenberg (2004), entendemos as funções dos arquivos, após o cumprimento de suas obrigações administrativas jurídicas, como um local de guarda dos fatos ocorridos e que foram documentados, lá está a sua representação de forma material. Os arquivos “são preservados para uso de outros além de seus próprios criadores” e ainda “depende da possibilidade de provar a continuidade de uma linha imaculada de custódias responsáveis”.(2004 p. 38-39)

Propomos levantar aqui as questões referentes aos arquivos pessoais como uma forma de materialização da memória individual. Podemos pensar da seguinte forma: dentro de qualquer organização, por menor que seja, todas as atividades realizadas em seu interior necessitam que se documente, para que, estes atos possam ser comprovados; na vida de uma pessoa física não é muito diferente. Mesmo que esta “documentalização” dos acontecimentos



da vida de um indivíduo não seja com o fim de se provar algo perante superiores ou entidades responsáveis, ela acontece seja por costume, por prazer, ou por necessidade de não esquecer.

“[...] existem poucos acontecimento que não deixam ao menos um vestígio escrito. Quase tudo, em algum momento passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia” (PEREC apud ARTIÈRE, 1998 p. 09-10)

Como podemos ver, poucos são, realmente, momentos em que não estejamos registrando alguma coisa, seja ela qual for. Qualquer pensamento que temos e achamos interessantes, procuramos não esquecer-los. Em todas nossas atividades do dia-a-dia, de uma forma ou de outra, acabamos por produzir algum documento, alguma anotação, por mais rascunhada que seja, que guarde consigo uma informação que revela a personalidade da pessoa, seus pensamentos e idéias.

Percebemos agora que um arquivo pessoal é realmente vasto. Trata-se de um lugar onde não existe uma padronização de seu conteúdo documental¹, uma seqüência de produção, como em arquivos públicos administrativos. O arquivo privado, por essa sua característica de despadronização do seu conteúdo, é criticado por autores que não concordam com o tratamento de arquivos de pessoas dentro de instituições arquivísticas por se tratarem de coleções, ao invés de arquivos enquanto fundos. Esta visão é derivada da arquivística clássica, onde vê os arquivistas como meros organizadores de informação produzida por órgãos públicos, servindo sempre de forma neutra e imparcial ao governo. Temos nessa visão, como principal defensor, o inglês Hilary Jenkinson que acredita na expurgação dos documentos pessoais de dentro dos arquivos. Ele diz (apud COOK, 1998,p. 132):

“os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos.”

¹ Podemos entender como conteúdo documental tanto o real conteúdo do acervo, enquanto material, como seus conteúdos diplomáticos, referentes à informação e a sua formatação intrínseca e extrínseca.

O próprio Cook, em comentário às idéias de Jenkinson, diz “os arquivistas que trabalham com os arquivos pessoais são vistos como mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores do que do clássico encarregado dos registros públicos jenkinsonianos”.(1998, p. 132)

O pensamento de Jenkinson transformou por completo os arquivos privados em simples coleções sem valor arquivístico, usando como argumentação à teoria da proveniência, que garante como documentos de arquivo os produzidos ou recebidos por uma mesma entidade. Ele enfatiza ainda mais colocando a impossibilidade de manter-se coleções em arquivos “Os arquivos não são colecionados. Quem dera que a palavra coleção fosse banida do vocabulário do arquivista, ao menos para afirmar esse fato”.(JENKINSON apud SCHELLENBERG, 2004,p. 45)

Por outro lado, é preciso ver que dentro de um arquivo pessoal não vamos encontrar uma documentação desconexa, meramente colecionada, onde não existe ligação de proveniência, com o indivíduo, e de ordem original, entre si.

A vida de um indivíduo, tal como a de uma organização pública, tem atividades que geram documentação de validade jurídica e que devem ser guardados para fins administrativos de sua relação com o poder público. Segundo Schellenberg:

“Toda vez que os documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada – como por exemplo os de uma igreja, de uma firma ou mesmo de um indivíduo – poderão ser considerados arquivos.” (2004, p. 44-45)

Sendo os arquivos privados, portanto, considerados coleções, antes de ser afirmado, é necessário que se saiba o que realmente é coleção na visão arquivística: o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) define coleção como “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (idem, p. 52). Como contraponto de coleção, podemos dizer que o documento de arquivo, segundo a teoria arquivística, pode ser inserido somente dentro de fundos. O mesmo Dicionário traz a seguinte inscrição a respeito de Fundo: “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Ver também *Arquivo*” (ibidem, p. 97).Seguindo suas instruções e buscando o significado do termo *arquivo*, encontramos a seguinte definição: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa



ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ibidem, p. 27).

Analisando, portanto, as definições passadas pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, podemos observar que os arquivos pessoais fazem sim parte de um fundo e estão inseridos na definição de arquivo.

Os documentos guardados em um arquivo são sempre produzidos ou recebidos por uma organização de forma que venha a contribuir para fins administrativos e burocráticos. Nos documentos privados, não podemos dizer que seja diferente. A sociedade é condicionada à produção de documentação para que cumpramos com nossos deveres cívicos, para que tenhamos direitos enquanto cidadãos, para cumprirmos nossas atividades particulares. Além de produzirmos essa documentação, é necessário que a mantenhamos guardadas e em ordem, para provarmos nossos atos, “o dever de arquivar nossas vidas é onipresente na nossa sociedade”.(ARTIÈRES, 1998, p. 18)

Este dever que temos em arquivar nossas vidas é julgado como necessidade para o produtor das atividades e da documentação, a necessidade de provar seus atos com documentos; e de utilidade para futuros interesses, enquanto preservadores de suas memórias. Acontecimentos particulares podem sim ser de interesse para a sociedade em geral, existe ainda uma “pressão social, ou mais exatamente, o interesse coletivo” em acontecimentos particulares, como diz Philippe Artières (1998), exemplificando com casos de cientistas que buscavam, através de acontecimentos da vida particular, exemplificar e descobrir as causas da proliferação de doenças infecciosas na sociedade. Ainda ele diz que “a autobiografia responde não mais a uma injunção de ordem científica, mas a uma demanda coletiva que emana da comunidade de pertencimento [do indivíduo]”.(idem, p. 17)

Além de contribuições que interfiram diretamente no cotidiano da sociedade, como esta pesquisa sobre doenças, é possível também tomar parte dos arquivos pessoais no tocante a reconstruções de acontecimentos, onde os presentes deixaram, de alguma forma, elementos que auxiliem a visualização de épocas e momentos marcantes para uma sociedade em especial.

Seguindo o pensamento de reconstrução, podemos agora fazer uma ligação entre essa documentação e a memória a que serve. Seria a partir desses fatos documentados por pessoas e esmiuçados pelos historiadores que a sociedade toma conhecimento dos fatos de importância, seja qual for o fim da pesquisa, trazendo à ela a oportunidade de se valer deste conhecimento transmitido por ex-participantes para determinar seus atos e justificá-los da melhor forma. Como diz Lowenthal, “toda consciência atual se funda em percepções e



atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos”. (1998,p. 64)

Os arquivos têm também esta possibilidade nas pesquisas voltadas à sociedade, porém, este enfoque deve ser dado no momento da reconstrução, este lado deve ser mostrado. Os acervos pessoais estão:

“ancorados na memória individual, esta é dada a ver pela linguagem e cabe, ao historiador, enraizá-la/problematizá-la no rol das experiências sociais, para que cada memória pessoal possa ser vista e estudada como uma perspectiva da memória coletiva.” (CUNHA, 2007,p. 4).

Apesar de não ser do conhecimento de todos, os arquivos pessoais devem ser prestados à pesquisa tanto quanto os de instituições do governo:

“Não há dúvidas da importância que têm os arquivos que guardam a memória institucional ou do poder, habituais espaços do historiador, mas tampouco deve-se duvidar da utilidade que oferecem as escrituras das pessoas comuns. Através delas, abre-se a possibilidade de (re)conhecer outras maneiras de viver e de narrar o vivido. Com elas, enfim, devolvemos uma certa visibilidade a muitos protagonistas anônimos do acontecer coletivo.”(CASTILO GÓMEZ, 2000,p. 9).

Tentamos mostrar nestas páginas a posição dos arquivos pessoais como uma versão dos fatos sociais e históricos ligados entre si de modo que, quando analisados, nos mostram uma realidade que deve sim ser confrontada com as histórias oficiais em busca de um novo ”entender” de fatos acontecidos e narrados.

JUSTIFICATIVA

A justificativa para a execução deste projeto deriva da necessidade, de toda(s) a(s) sociedade(s), de conhecimento de seu passado. O reconhecimento de fatos acontecidos é algo necessário para que qualquer comunidade possa explicar suas atitudes atuais, ou seja, dizemos que as atualidades nada mais são do que um reflexo do passado deste indivíduo ou coletivo. Com o conhecimento de épocas passadas é possível descobrir respostas para problemas



sociais, econômicos, políticos, etc. que afligem a sociedade contemporânea. Do mesmo modo, torna-se possível, também, encontrar uma solução para tais situações.

O conhecimento, para que atinja esses objetivos, necessita de abrangência e amplitude em suas explorações e justificamos que isso pode ser encontrado em arquivos de pessoas que presenciaram fatos importantes da história e tem fatos novos a serem contados. Estes arquivos podem ser vistos como uma janela para o passado, onde o arquivista, enquanto preservador e organizador e disseminador de informação histórica, organiza todo o conteúdo deste acervo de modo a facilitar as pesquisas de historiadores empenhados em mostrar estas versões, estas faces da história, que podem ser de importância desconhecida.

Na história, por mais comum que seja sempre existem pontos que não se explicam, ou lacunas em sua continuidade que implicam em complicações quanto ao entendimento total de um fato. Para cobrirmos estes espaços incompletos, temos de buscar respostas com quem presenciou os acontecimentos e, cabe ao historiador interpretar estas memórias multifacetadas, trazendo visões que contribuam com o conhecimento coletivo do passado comum.

OBJETIVOS

Temos, portanto, como objetivo geral dessa pesquisa mostrar se há a possibilidade de unificar dois fundos de diferentes origens, um de memória individual e outro de memória coletiva.

Consideramos como objetivos específicos desta pesquisa, buscar na literatura da área conceitos de arquivos pessoais, suas definições e valores, somando-os aos estudos na área de memória institucional, buscando uma forma de enlacá-los a fim de expor a possibilidade de sua união, com o intuito de disseminação da informação e a abrangência de visões a tal ponto de possibilitar uma pesquisa com resultados que mostrem, até certo ponto, a expansão da memória coletiva.

Material e métodos

O estudo será feito com a coleta de material teórico, exposto pelos principais teóricos da área em suas literaturas voltadas para os temas de Arquivologia e Memória. Todo o material de uso desta pesquisa será a teoria apresentada na literatura da área.



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Será feita uma busca aprofundada da bibliografia relacionada, buscando apoio teórico nos escritores que tratam do tema aqui proposto, tais como Walter Benjamin, Jacques Le Goff, Ecléa Bosi, Terry Cook, David Lowenthal, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, T. R. Schelleberg, Heloísa Bellotto, entre outros.

Forma de análise dos resultados

A partir do material coletado no levantamento bibliográfico acima relacionado, faremos uma discussão teórica entre os autores propostos em busca de definições que sustentem as proposições feitas para este projeto. Esta discussão será feita após a análise de todos os conceitos obtidos na bibliografia, relacionados com os temas propostos, juntando-os e construindo uma conclusão que mostre a relação entre eles.



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 09-34.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTILO GÓMEZ, António. **Un archipiélago desconocido. Archivos y escrituras de la gente común**. Boletín ACAL (Asociación de Archiveros de Castilla y León. Nº 38/2000.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. In: **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas: editora UNICAMP, 1994.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Proj. história, São Paulo, (17), nov 1998. p. 63-181

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p.03-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

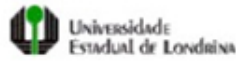
VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva- alguns elementos de reflexão. In: **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



Patrocínio



Realização



Organização

